REVISTA DA ESDM

ISSNe: 2595-7589

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS CONSELHOS MUNICIPAIS SOB A ÓTICA DE AMARTYA SEN

Social Participation nn Municipal Councils from the Perspective of Amartya Sen

Anelise Graciele Rambo

Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Mestre em Geografia (UFRGS). Licenciada em Geografia (UNIJUI). Docente do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia e do Bacharelado em Desenvolvimento Regional e do Bacharelado em Cooperativismo (Ead) do Departamento Interdisciplinar da UFRGS Litoral (RS, Brasil).

Alexandre Junges

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pesquisando o impacto da participação social na implementação de políticas públicas de saúde. Graduado em Fisioterapia pela UNISINOS, licenciado em Ciências pela FURG e formação parcial de Tecnólogo em Processos Gerenciais no IFRS, integra conhecimentos das áreas da saúde, educação e gestão pública para a análise de dinâmicas socioeconômicas e territoriais. Possui formação lato sensu com MBA em Auditoria em Saúde e especializações em diversas áreas da Fisioterapia e da Educação, além de cursos e certificações voltados à gestão pública e ao Direito Municipal. Servidor público desde 2008, tendo atuado na Secretaria Municipal da Fazenda de Tramandaí-RS, onde exerceu a função de Chefe de Gabinete, acumulando experiência em gestão. Desde 2017, fisioteraupeta concursado no município de Imbé (RS, Brasil) e membro do Conselho Municipal de Saúde, representando o Conselho Regional de Fisioterapia (CREFITO-5) no segmento trabalhadores de saúde, com forte atuação no controle social e na defesa de políticas públicas efetivas.

Resumo

Este ensaio destaca a importância da participação social em conselhos municipais como mecanismos capazes de promover o "*Desenvolvimento como Liberdade*", na perspectiva de Amartya Sen. Seu enfoque diverge das concepções tradicionais de desenvolvimento, que geralmente se concentram no crescimento econômico, e destaca como a participação democrática permite que os cidadãos exerçam influência direta sobre políticas significativas, como as de educação e saúde. A participação social nos conselhos, não só promove as liberdades individuais e coletivas, mas também contribui para o fortalecimento dos pilares democráticos. Amartya Sen sugere que o desenvolvimento seja medido pela ampliação das liberdades desfrutadas, um princípio que percola os conselhos municipais, possível desde a participação social. Tal envolvimento não só encoraja a realização de debates significativos sobre questões-chave, garantindo que as decisões reflitam um consenso comunitário, mas também exemplifica como a interação entre liberdades políticas, econômicas e sociais contribui para que existam sociedades mais inclusivas. A perspectiva da importância da liberdade de participação política como meio e fim para o desenvolvimento, evidencia o papel dos conselhos municipais em ajudar a promover um desenvolvimento enraizado na expansão das liberdades humanas. Diante disso, defendemos a necessidade e importância da liberdade política dos cidadãos, por meio da participação ativa da sociedade civil nos conselhos municipais, na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Desenvolvimento como liberdade. Conselhos de saúde. Sociedade civil.

Abstract

This article highlights the importance of social participation in municipal councils as a mechanism capable of promoting "Development as Freedom," from the perspective of Amartya Sen. His approach diverges from traditional conceptions of development, which generally focus on economic growth, and emphasizes how democratic participation allows citizens to exert direct influence on significant policies, such as those related to education and health. Social participation in councils not only promotes individual and collective freedoms, but also contributes to strengthening democratic pillars. Amartya Sen suggests that development should be measured by the expansion of the freedoms people enjoy, a principle that underpins the functioning of municipal councils, made possible by social participation. Such involvement not only encourages meaningful debates on key issues, ensuring that decisions reflect community consensus, but also exemplifies how the interaction between political, economic, and social freedoms contributes to the creation of more inclusive societies. The importance of freedom of political participation as meadle and an end of development highlights the role of municipal councils in promoting development rooted in the expansion of human freedoms. Therefore, we defend the importance of political freedom for citizens, through active civil society participation in municipal councils, in the formulation, implementation, and evaluation of public policies.

Keywords: Regional development. Development as freedom. Health councils. Civil society.

Sumário:

1. Introdução; 2. Desenvolvimento; 2.1. A Participação Social como Liberdade; 2.2. Interligações entre Liberdade e Desenvolvimento; 2.3. Exemplos e Evidências; 3. Conclusão; Referências.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento tem sido tradicionalmente associado ao crescimento econômico. No entanto, Amartya Sen revoluciona essa visão em sua obra "*Desenvolvimento como Liberdade*", argumentando que o desenvolvimento deve sim ser avaliado pela expansão das liberdades que as pessoas desfrutam. Este ensaio se propõe a explorar como a participação social nos conselhos municipais serve como um veículo para esse tipo de desenvolvimento, permitindo a expressão das liberdades individuais e coletivas e promovendo políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

A premissa fundamental de Sen de que o desenvolvimento transcende o mero acúmulo de capital econômico para abranger a liberdade e a capacidade humana encontra uma aplicação direta e prática nos conselhos municipais. Essas instâncias de participação cívica permitem que os cidadãos exerçam sua liberdade de influenciar diretamente as políticas que moldam suas vidas, desde a educação até a saúde e a infraestrutura local ao nível do seu município. Este processo não apenas democratiza a governança local, mas também fortalece as capacidades individuais e coletivas, desde ajudar a garantir o bem-estar e a segurança da população, até promover o acesso público aos serviços essenciais, capacitando os cidadãos a terem uma voz ativa na moldagem de políticas que afetam diretamente suas vidas.

A liberdade participativa, conforme discutido por Sen, é vital para o debate e a decisão coletiva sobre questões que vão desde a modernidade x tradição, até direitos fundamentais como a educação. Esse aspecto reforça o papel da participação social como um mecanismo para assegurar que as decisões refletem o consenso comunitário e respeitam as liberdades fundamentais. Portanto, os conselhos municipais, ao promover a participação ativa, não só exercem liberdades políticas, mas também fomentam um ambiente propício ao desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas, cultivando um terreno fértil para o seu florescimento.

Ao explorar as interconexões entre diferentes tipos de liberdades — políticas, econômicas e sociais —, Sen destaca como essas liberdades se reforçam mutuamente, promovendo um desenvolvimento mais holístico (ver tudo integrado). A participação ativa nos conselhos municipais ilustra essa dinâmica interativa, permitindo que os cidadãos não apenas exerçam sua liberdade política, mas também influenciem o desenvolvimento integral de suas comunidades. Esse encadeamento de liberdades evidencia a eficácia da liberdade como meio para o desenvolvimento, ressaltando o papel instrumental das liberdades políticas e a importância da transparência e responsabilidade governamental. Desta forma, o cidadão também poderá se tornar protagonista da mudança.

Exemplos concretos da ação de conselhos municipais que incorporam processos participativos demonstram o impacto tangível dessa participação na melhoria da qualidade de vida e na eficácia das políticas públicas. Esses exemplos não apenas corroboram a teoria de Sen, mas também fornecem evidências práticas de como a liberdade de participação política pode ser um poderoso motor para o desenvolvimento econômico e social. A capacidade dos cidadãos de influenciar políticas públicas reflete não só a importância das liberdades políticas e civis como um fim em si, mas também seu papel instrumental na promoção do bem-estar coletivo, impulsionando avanços significativos na qualidade de vida e na justiça social para toda uma população.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO LIBERDADE

A participação nos conselhos municipais representa uma forma concreta de exercício da liberdade, permitindo aos cidadãos influenciar decisões que afetam suas vidas diretamente. Este aspecto é crucial para o conceito de desenvolvimento de Sen, que coloca a liberdade no centro do progresso humano. No núcleo da argumentação está a ideia de que o desenvolvimento transcende o crescimento econômico, focando na expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. A participação social em conselhos municipais exemplifica vividamente essa expansão de liberdades. Ao envolver os cidadãos na formulação e implementação de políticas públicas, esses conselhos não apenas democratizam o processo decisório mas também ampliam o espectro de liberdades exercidas pelos indivíduos, abrangendo desde a liberdade de expressão até a participação ativa na vida política e econômica da comunidade, a capacitando para moldar um futuro coletivo mais justo e inclusivo.

Esse engajamento direto nos assuntos do município vai permitir que os cidadãos não apenas exerçam seus direitos civis, mas também influenciem nas decisões que impactam nas suas vidas cotidianas, como na educação, saúde e nos demais serviços públicos: fortalece-se a democracia participativa, garantindo que as políticas públicas reflitam verdadeiramente as necessidades e aspirações da população. Tal participação é essencial para a realização de liberdades substantivas, conforme Sen argumenta, removendo barreiras à liberdade que surgem da pobreza, da tirania, da carência de oportunidades econômicas, e da negligência dos serviços públicos.

Sen ressalta a liberdade não apenas como um ideal, mas como um meio prático e essencial de desenvolvimento. Ele argumenta que "*o conjunto das liberdades relevantes*

pode ser muito amplo", incluindo a liberdade de participar ativamente nas decisões políticas e comunitárias que afetam a vida cotidiana das pessoas. A participação social efetiva em conselhos municipais pode ser usada de exemplo como um reflexo direto dessa visão, proporcionando aos cidadãos o protagonismo e o poder de moldar políticas públicas em educação, saúde e infraestrutura, áreas críticas para a melhoria da sua própria qualidade de vida. Essa abordagem contrasta com visões tradicionais que limitam o desenvolvimento à economia, reforçando que "*as conexões aristotélicas [...] relacionam-se claramente à qualidade de vida e às liberdades substantivas*".

O autor salienta a importância de abordagens inclusivas, criticando qualquer tentativa de "*tolher a liberdade participativa com o pretexto de defender valores tradicionais*". Isso sublinha que a participação efetiva nos conselhos municipais não só exerce a liberdade de expressão e participação, mas também combate a privação de capacidades ao garantir que todos os segmentos da sociedade, incluindo grupos frequentemente marginalizados como as mulheres, população afrodescendente, povos originários, LGBTQIAPN+, pessoas portadoras de alguma deficiência, entre outras, tenham voz ativa nas decisões que moldam suas vidas.

A concepção sobre desenvolvimento, enfatizando a liberdade e a qualidade de vida, fundamenta-se principalmente na premissa de que o desenvolvimento transcende a mera acumulação de riquezas, focando na expansão das capacidades humanas e na liberdade. Esta visão ressoa profundamente na ideia de participação social nos conselhos municipais, onde a liberdade de escolha e a capacidade de influenciar decisões políticas locais constituem um cerne vital para o aprimoramento da qualidade de vida da comunidade. O engajamento ativo dos cidadãos nas decisões políticas não apenas reflete o exercício de liberdades políticas, mas também promove o florescimento de capacidades individuais e coletivas, desde a capacidade de viver em segurança até o acesso a oportunidades educacionais e de saúde.

Sen argumenta que a liberdade participativa é crucial para decidir coletivamente sobre questões de modernidade e tradição, bem como sobre os direitos fundamentais, como a educação. Isso destaca o papel da participação social como um meio de garantir que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas, reforçando a ideia de que o desenvolvimento é um processo inclusivo que beneficia a todos na sociedade. Assim, ao empoderar cada indivíduo para contribuir ativamente nas decisões comunitárias e políticas, a liberdade participativa não só fomenta a democracia, mas também promove uma sociedade mais equitativa e justa, onde as políticas refletem as necessidades e os desejos de toda a população, não apenas de uma elite dominante.

2.2 INTERLIGAÇÕES ENTRE LIBERDADE E DESENVOLVIMENTO

A abordagem de Sen revela como diferentes tipos de liberdades — políticas, econômicas e sociais — são interligadas e como cada uma contribui para a expansão da liberdade humana em geral. A participação social nos conselhos municipais vem para exemplificar essa interconexão, ao permitir que os cidadãos tenham um papel ativo na configuração de políticas que afetam diretamente suas vidas econômicas e sociais. Tal participação não só fortalece a liberdade política, mas também promove oportunidades sociais, como acesso à educação e à saúde, além de facilitar a transparência e a responsabilidade do governo.

Este "encadeamento" entre diferentes tipos de liberdades sublinha a eficácia da liberdade como meio para o desenvolvimento, uma vez que a participação democrática e os direitos políticos podem servir para prevenir desastres econômicos, como fomes coletivas, demonstrando o papel instrumental das liberdades políticas na salvaguarda da liberdade econômica. Ele traz luz à interconexão entre diversas formas de liberdade - econômica, social, política - e a participação social nos conselhos municipais é um reflexo dessa dinâmica, onde a liberdade política se entrelaça com liberdades sociais e econômicas. Por exemplo, ao influenciar políticas educacionais, os cidadãos não só exercem sua liberdade de participação política, mas também promovem a liberdade social por meio do acesso à educação. Essas ações conjuntas melhoram as oportunidades econômicas e sociais, demonstrando a eficácia da liberdade como motor do desenvolvimento, na qual o progresso compartilhado é resultado do reconhecimento e da valorização das diversas contribuições individuais, reforçando a noção de que o verdadeiro desenvolvimento é sustentável apenas quando inclusivo e acessível a todos.

A teoria de Sen sobre as "*liberdades instrumentais*" demonstra como diferentes tipos de liberdade se interconectam para promover um desenvolvimento abrangente. A participação social, sendo uma dessas liberdades, atua como um catalisador para outras, incluindo "*facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora*". Nos conselhos municipais, essa interação dinâmica entre liberdades se manifesta quando as decisões tomadas refletem uma compreensão profunda das necessidades da comunidade, promovendo um desenvolvimento que é sustentável e inclusivo. Este entrelaçamento de liberdades não só capacita os indivíduos a melhorarem suas próprias vidas, mas também fortalece a estrutura social e econômica da comunidade como um todo, assegurando que as decisões políticas possam ser mais equitativas e que os recursos distribuídos de maneira justa.

Sen também aborda a "*democracia e incentivos políticos*", observando como sistemas democráticos robustos — exemplificados pela participação ativa em conselhos municipais — podem prevenir desastres econômicos, como fomes coletivas. Isso ilustra como a liberdade política, exercida através da participação cívica, é fundamental para a segurança econômica e a sobrevivência. A eficácia dessa participação, portanto, é duplamente reforçada: como um fim em si mesma e como um meio de promover liberdades adicionais.

Além disso, a liberdade de participação garante que as políticas públicas reflitam as necessidades e desejos dos cidadãos, contribuindo para um desenvolvimento que é verdadeiramente inclusivo e representativo das aspirações da comunidade. Este é um exemplo prático de como as liberdades instrumentais se complementam, apoiando a tese de Sen de que o desenvolvimento efetivo requer a promoção de um conjunto interconectado de liberdades.

2.3 EXEMPLOS E EVIDÊNCIAS

Importante para fundamentar a relação entre participação social e desenvolvimento, pesquisas sobre exemplos concretos de conselhos municipais que aplicaram métodos participativos em sua tomada de decisão devem ser realizadas. Avaliando essas experiências, será possível evidenciar como a envolvimento ativo dos cidadãos pode levar a avanços notáveis

em áreas chave como saúde, educação e infraestrutura, ilustrando assim o impacto positivo da participação social na melhoria da qualidade de vida nas comunidades. Tais exemplos poderão corroborar com a argumentação de Sen de que a "*liberdade de participação política não apenas é um fim em si, mas também um meio poderoso para alcançar o desenvolvimento econômico e social*". A capacidade dos cidadãos de influenciar políticas públicas demonstra não só a importância constitutiva das liberdades políticas e civis, mas também o seu papel instrumental na promoção do bem-estar coletivo. Ilustrações práticas de conselhos municipais que envolvem ativamente cidadãos em suas operações demonstram melhorias tangíveis na qualidade de vida e na eficácia das políticas públicas. Estes exemplos reforçam a argumentação de Sen sobre a eficácia da liberdade na promoção do desenvolvimento.

A relação entre democracia, liberdades políticas e prevenção de crises econômicas oferece uma ilustração poderosa dos efeitos práticos da participação social. Sen observa que em democracias multipartidárias com liberdade de imprensa, fomes coletivas são virtualmente inexistentes, destacando a capacidade da liberdade política de proteger contra a privação extrema. Isso evidencia como a participação social, especialmente em contextos democráticos, pode ter um impacto significativo na prevenção de crises, ao assegurar que os governos respondam às necessidades e direitos dos cidadãos. A prática da democracia participativa, portanto, transcende a mera representação política, agindo como uma barreira essencial contra o descaso e a inação governamental, garantindo que as prioridades da população sejam ouvidas e atendidas de forma proativa.

A abordagem de Sen ao "*desenvolvimento como liberdade*" sugere que medir o progresso requer mais do que avaliar o crescimento econômico; necessita da consideração da expansão das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. Exemplos práticos de conselhos municipais que promovem a participação ativa e inclusiva demonstram como tal envolvimento direto pode levar a melhorias tangíveis na qualidade de vida, validando a ideia de que a participação social é um meio essencial para o desenvolvimento.

O impacto da participação social nos conselhos municipais se estende para além de promover liberdades e capacidades básicas, como a educação e a saúde. Ele também incita a uma maior transparência e responsabilidade do governo, aspectos cruciais das "*liberdades instrumentais*" de Sen, que em conjunto promovem um desenvolvimento mais holístico e justo. Essa colaboração estreita entre os diferentes setores da sociedade contribui para a criação de soluções inovadoras para problemas complexos, reforçando o tecido social e facilitando a implementação de políticas que abordem as necessidades reais da comunidade.

Finalmente, a relação entre pobreza e privação de capacidades, conforme descrita por Sen, sublinha a relevância da participação social nos conselhos municipais para enfrentar as raízes da pobreza. Ao envolver os cidadãos nas decisões que afetam suas vidas, os conselhos municipais podem combater a pobreza não apenas em termos de renda, mas na expansão das capacidades e liberdades, abordando a pobreza em sua essência mais profunda. Dessa maneira, a inclusão ativa no processo decisório permite uma abordagem mais abrangente e eficaz, reconhecendo e valorizando as diversas dimensões da vida humana. Isso viabiliza políticas públicas que vão além de medidas paliativas, focando no fortalecimento das estruturas que sustentam o desenvolvimento integral dos indivíduos e das comunidades.

3. CONCLUSÃO

Como visto, a participação social nos conselhos municipais é essencial para a realização do conceito de "*Desenvolvimento como Liberdade*" de Amartya Sen. Ao fomentar um ambiente onde as liberdades são exercidas e valorizadas, os conselhos municipais podem funcionar como catalisadores para o desenvolvimento sustentável, promovendo políticas que refletem as necessidades e desejos dos cidadãos. Este ensaio reafirma a importância da participação social como um meio de alcançar um desenvolvimento que é verdadeiramente inclusivo e libertador.

A interação entre a participação social nos conselhos municipais e os conceitos trazidos ressaltam a centralidade da liberdade na promoção de um desenvolvimento humano abrangente. Ao facilitar a participação ativa dos cidadãos nas decisões políticas e econômicas, os conselhos municipais não apenas ampliam as liberdades individuais e coletivas, mas também fortalecem o tecido democrático, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Este enfoque reafirma a premissa trazida por Sen de que o "*desenvolvimento verdadeiro se alcança não apenas pelo avanço econômico, mas pela expansão das liberdades que as pessoas desfrutam*".

Através da lente das ideias de Amartya Sen, torna-se evidente que a participação social nos conselhos municipais é mais do que um mecanismo democrático: ela é uma expressão vital da liberdade humana que promove o desenvolvimento abrangente. Ao fomentar uma cultura de participação ativa, os conselhos municipais não apenas empoderam os indivíduos, mas também catalisam o desenvolvimento que é profundamente enraizado na expansão das liberdades humanas, refletindo a interdependência crucial entre liberdade e desenvolvimento. Este paradigma ressalta a necessidade de políticas e estruturas institucionais que reconheçam e promovam a liberdade como tanto o objetivo quanto o meio mais eficaz para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente humano e sustentável.

A interação dinâmica entre a participação social nos conselhos municipais e os conceitos ressalta a importância de uma abordagem holística para o desenvolvimento. Ao reconhecer que o verdadeiro progresso vai além dos indicadores econômicos e abraça as liberdades individuais e coletivas, os conselhos municipais se destacam como espaços fundamentais para a construção de sociedades mais justas e inclusivas. Este enfoque não apenas fortalece os alicerces da democracia, mas também enfatiza a necessidade de políticas públicas que coloquem as pessoas no centro do processo decisório, garantindo que o desenvolvimento seja verdadeiramente orientado para as necessidades e aspirações dos cidadãos.

Ao adotar uma perspectiva centrada na liberdade e na participação ativa, os conselhos se tornam não apenas fóruns de debate político, mas sim espaços onde os valores fundamentais da democracia são vivenciados e fortalecidos. Essa dinâmica reflete a visão de Sen de que o desenvolvimento humano não pode ser alcançado sem uma expansão simultânea das liberdades substantivas, das oportunidades e das capacidades individuais. Portanto, ao reconhecer e promover a participação social nos conselhos como um elemento essencial do desenvolvimento humano, estamos não apenas adotando uma abordagem mais inclusiva e participativa, mas também pavimentando o caminho para um futuro onde a liberdade e a justiça social são os pilares da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. Cap. 1, 2 e 4.

Recebido em: 18/11/2024

Aceito em: 04/08/2025